

**Conteúdo**

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)</b>	<b>7</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>8</b>
1. Contexto operacional	8
2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras	8
3. Descrição das principais práticas contábeis	8
4. Disponibilidades	10
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	10
6. Títulos e valores mobiliários	10
7. Instrumentos financeiros derivativos	12
8. Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio	14
9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15
10. Outros instrumentos financeiros – Créditos vinculados	16
11. Outros instrumentos financeiros – Carteira de câmbio	16
12. Outros instrumentos financeiros	16
13. Imposto de renda e contribuição social	16
14. Outros ativos	17
15. Investimentos em participações em controladas	18
16. Imobilizado de uso	18
17. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes	19
18. Provisões	19
19. Outros passivos	20
20. Patrimônio líquido	21
21. Despesas de pessoal	21
22. Outras despesas administrativas	21
23. Despesas tributárias	21
24. Outras receitas / Despesas operacionais	22
25. Outras receitas / Despesas não operacionais	22
26. Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais	22
27. Valor de mercado dos instrumentos financeiros	22
28. Transações com partes relacionadas	23
29. Seguros	24
30. Outras informações	24
31. Composição de caixa e equivalentes de caixa	24
32. Gerenciamento de riscos	24
33. Implementação da Resolução nº 4.966/21	24
34. Eventos subsequentes	24
<b>DIRETORIA   CONTADOR</b>	<b>24</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>25</b>

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco ou "BIB") submete a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

**Cenário Econômico:** Ao final de 2024, destacamos a reação positiva dos mercados com a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA.

Ainda nos EUA, os números de dezembro sugerem que a perspectiva de equilíbrio da economia ainda que de modo gradual para 2025, permanece. Em linha, o FED decidiu cortar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, terminado o ano em 4,25%. Porém, o comitê adotou uma comunicação mais *hawkish* sinalizando uma trajetória de cortes mais lentos nas próximas reuniões. Além da preocupação com a inflação, as estratégias do novo governo em assuntos como política fiscal, tarifas, imigração e geopolítica serão fatores-chaves para as decisões futuras. Na Europa, a desaceleração econômica continua e em sua última reunião, o Banco Central Europeu decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, ficando em 3%. Destaque para o fim do tom cauteloso que era predominante nas decisões anteriores do comitê. Na China, os dados ainda sugerem uma fragilidade na recuperação econômica. O governo chinês segue com a intenção de aumentar os estímulos fiscais e monetários para alcançar um crescimento econômico em torno de 5%. No Brasil, os cenários político, econômico e institucional deterioraram-se significativamente, resultando na desvalorização dos ativos domésticos, principalmente o Real que ultrapassou a marca de R\$ 6,00 por Dólar. Na parte econômica, em sua última reunião, o COPOM elevou a taxa SELIC em 1,0%, de 11,25% para 12,25% ao ano e como *forward guidance* indicou que para as próximas reuniões, haverá mais duas altas no mesmo ritmo. Em sua avaliação, o cenário para a de inflação tornou-se mais adverso devido ao comportamento recente da taxa de câmbio e das expectativas da própria inflação, além de uma atividade econômica mais sólida. No campo fiscal e político, o pacote anunciado pelo governo frustrou o mercado, uma vez que houve poucas medidas estruturais e ocorreu em conjunto com o anúncio da reforma do imposto de renda, que pode estimular ainda mais a economia. Com isso, os investidores passaram a exigir prêmios de risco mais elevados. Esperamos um ano de 2025 desafiador, devido ao cenário de incertezas globais e locais. A Administração do BIB manterá o foco na manutenção dos altos índices de liquidez e do perfil conservador na concessão de crédito.

**Perfil de Atuação:** O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo também grandes empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85%-90% de operações de atacado e 15%-10% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do exercício representava 95,1% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 17,2%.

**Desempenho:** O BIB registrou lucro líquido de R\$ 88,8 milhões no exercício de 2024, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 11,7%. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 776,9 milhões.

**Crédito:** A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 5,2 bilhões, representando aumento de 0,4% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 5,4 bilhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 2,2% da carteira ao final do período, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias. O segmento de atacado, encerrou o período com um volume de R\$ 4,3 bilhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado e antecipação saque aniversário – FGTS, apresentou um aumento, totalizando R\$ 899,9 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

**Títulos e Valores Mobiliários:** Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o BIB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 282,2 milhões.

**Captações:** As captações do Banco Industrial do Brasil totalizaram R\$ 6,1 bilhões ao final do exercício, representando crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 4,7 bilhões, representando crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período de 2023.

**Governança Corporativa:** **Administração:** O BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no *site* de Relações com Investidores ([ri.bib.com.br](http://ri.bib.com.br)). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

**Código de Ética:** Aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do *site* de Relações com Investidores ([ri.bib.com.br](http://ri.bib.com.br)).

**Controles Internos e Compliance:** O Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

**Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro:** O BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

**Risco Operacional:** O processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

**Risco de Mercado:** O risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

**Risco de Liquidez:** O BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

**Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

**Risco de Crédito:** O gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

**Segurança da Informação:** Práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

**Política de Transparência e Divulgação de Informações:** O BIB disponibiliza para consulta pública, em seu *site* de Relações com Investidores ([ri.bib.com.br](http://ri.bib.com.br)), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O *site* de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

**Risco Socioambiental:** A Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agredem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos. Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

**GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos:** Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos encontram-se aderentes às referidas resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, estão disponíveis no *site* Relações com Investidores ([ri.bib.com.br](http://ri.bib.com.br)).

**Recursos Humanos:** O Banco Industrial do Brasil encerrou o exercício com 347 colaboradores. Desse total, 3 são através de programa social e 43 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

**Ratings:** Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às agências de classificação de risco: • **Moody's:** Ba2 (Global) / AA- (Local) / Perspectiva Estável; • **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente.

**Relacionamento com os Auditores:** De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, o BIB contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são divulgadas nas notas explicativas.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de Reais)
**Ativo**

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	28.642	41.543
<b>Instrumentos financeiros</b>		6.841.823	6.477.824
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	801.982	757.789
Títulos e valores mobiliários	6	576.330	386.156
Instrumentos financeiros derivativos	7	17.965	6.181
Operações de créditos	8	5.022.448	4.811.934
Outros instrumentos financeiros	12	423.098	515.764
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	9	(92.610)	(64.511)
<b>Ativo fiscal diferido</b>	13a	95.895	74.341
<b>Outros ativos</b>	14	150.819	54.950
<b>Investimentos em participações em controladas</b>	15	49.109	42.027
<b>Imobilizado de uso</b>	16	52.231	39.514
<b>(-) Depreciações e amortizações</b>	16	(10.895)	(15.787)
<b>Total do ativo</b>		<u>7.115.014</u>	<u>6.649.901</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Passivo**

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos</b>		6.121.742	5.707.466
Instituições financeiras	17	1.818.340	1.800.852
Outros clientes	17	4.036.730	3.747.330
Instrumentos financeiros derivativos	7	11.537	12.859
Outros instrumentos financeiros passivos	11	5.445	5.973
Dívidas subordinadas	17	249.690	140.452
<b>Provisões</b>		122.441	115.852
Contingências	18	121.847	115.353
Outras	18	594	499
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>		3.725	1.210
<b>Outros passivos</b>	19	90.213	82.094
<b>Patrimônio líquido</b>		776.893	743.279
Capital social	20	387.448	387.448
Reservas de lucros	20	407.680	370.018
Outros resultados abrangentes		(18.235)	(14.187)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>7.115.014</u>	<u>6.649.901</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
**E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)*

	Nota	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		602.505	1.169.458	996.589
Operações de crédito	8e	371.774	736.168	748.284
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6d	104.753	190.443	146.777
Resultado de operações de câmbio	11	83.957	177.648	101.528
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	42.021	65.199	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(424.816)	(808.447)	(648.937)
Operações de captação no mercado	17c	(264.399)	(503.540)	(516.341)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(160.417)	(304.907)	(114.354)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	-	-	(18.242)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		177.689	361.011	347.652
<b>Provisão para perdas</b>		(51.012)	(85.427)	(47.512)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(51.012)	(85.427)	(47.512)
<b>Outras receitas / (despesas) operacionais</b>		(97.863)	(180.704)	(155.469)
Receitas de prestação de serviços		8.597	16.807	13.808
Receitas de tarifas bancárias		5.278	13.221	17.872
Resultado de participações em controladas	15	2.527	6.068	5.281
Despesas de pessoal	21	(60.827)	(113.747)	(97.460)
Outras despesas administrativas	22	(36.343)	(71.755)	(63.812)
Despesas tributárias	23	(17.869)	(35.181)	(30.996)
Outras receitas / despesas operacionais	24	774	3.883	(162)
<b>Outras receitas / (despesas) não operacionais</b>		14.124	14.152	(8.172)
Outras receitas / (despesas) não operacionais	25	14.124	14.152	(8.172)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</b>		42.938	109.032	136.499
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		(3.410)	(20.270)	(30.387)
Provisão para imposto de renda	13b	(5.443)	(19.041)	(21.105)
Provisão para contribuição social	13b	(5.225)	(16.413)	(18.469)
Ativo fiscal diferido		7.258	15.184	9.187
<b>Lucro líquido do semestre / exercício</b>		39.528	88.762	106.112
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		219,32	492,50	588,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
**E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)*

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
<b>Lucro líquido do semestre / exercício</b>	39.528	88.762	106.112
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>	(2.414)	(4.048)	4.113
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(7.682)	(14.154)	9.199
Impostos sobre valor justo	3.457	6.369	(4.140)
Variação cambial sobre agência Bahamas	1.811	3.737	(946)
<b>Resultado abrangente do semestre / exercício</b>	37.114	84.714	110.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



www.bib.com.br

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *Em milhares de Reais*

		Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital realizado	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		387.448	73	37.984	284.363	(18.300)	-	691.568
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	4.113	-	4.113
Lucro líquido		-	-	-	-	-	106.112	106.112
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	20b	-	-	5.306	-	-	(5.306)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	42.292	-	(42.292)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	(58.514)	(58.514)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<u>387.448</u>	<u>73</u>	<u>43.290</u>	<u>326.655</u>	<u>(14.187)</u>	<u>-</u>	<u>743.279</u>
<b>Mutações no período</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.306</u>	<u>42.292</u>	<u>4.113</u>	<u>-</u>	<u>51.711</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		387.448	73	43.290	326.655	(14.187)	-	743.279
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	(4.048)	-	(4.048)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	88.762	88.762
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	20b	-	-	4.438	-	-	(4.438)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	33.224	-	(33.224)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	(51.100)	(51.100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<u>387.448</u>	<u>73</u>	<u>47.728</u>	<u>359.879</u>	<u>(18.235)</u>	<u>-</u>	<u>776.893</u>
<b>Mutações no período</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.438</u>	<u>33.224</u>	<u>(4.048)</u>	<u>-</u>	<u>33.614</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		387.448	73	45.753	349.626	(15.821)	-	767.079
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	(2.414)	-	(2.414)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	39.528	39.528
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	20b	-	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	10.253	-	(10.253)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	(27.300)	(27.300)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<u>387.448</u>	<u>73</u>	<u>47.728</u>	<u>359.879</u>	<u>(18.235)</u>	<u>-</u>	<u>776.893</u>
<b>Mutações no período</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.975</u>	<u>10.253</u>	<u>(2.414)</u>	<u>-</u>	<u>9.814</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
**SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
**E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
<b>Lucro líquido ajustado do período</b>	89.570	164.038	153.450
Lucro líquido do semestre / exercício	39.528	88.762	106.112
Depreciações / amortizações	3.740	6.045	3.956
Resultado de participações em controladas	(2.527)	(6.068)	(5.281)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	51.012	85.427	47.467
Ajuste a valor de mercado T.V.M.	(2.414)	(4.048)	4.113
Provisões	5.222	6.589	8.277
Ativos fiscais diferidos	(7.258)	(15.184)	(9.187)
Passivos fiscais diferidos	2.267	2.515	(2.007)
<b>Varição em ativos operacionais - (aumento) / diminuição</b>	(224.871)	(452.858)	(477.396)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.562	53.674	(59.213)
Títulos e valores mobiliários	(10.371)	(190.173)	(191.742)
Instrumentos financeiros derivativos	(13.289)	(11.784)	(1.669)
Operação de crédito	(326.334)	(267.842)	(366.431)
Outros instrumentos financeiros	152.366	92.666	117.309
Ativos fiscais correntes e diferidos	(3.457)	(6.370)	4.139
Outros ativos	(13.394)	(28.392)	1.716
Aquisição de bens não de uso	(42.926)	(101.420)	(5.316)
Alienação de bens não de uso	4.972	6.783	23.811
<b>Varição em passivos operacionais - aumento / (diminuição)</b>	(274.025)	410.239	379.614
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(277.271)	414.276	413.421
Outros passivos	3.246	(4.037)	(33.807)
<b>Impostos pagos</b>	14.711	27.160	25.415
<b>Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais</b>	(394.615)	148.579	81.083
<b>Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento</b>	15.301	(24.668)	(1.245)
Aquisição de investimentos	(1.014)	(1.014)	(664)
Alienação em investimentos	-	-	623
Aquisição de imobilizado de uso	(92)	(40.061)	(1.204)
Alienação de imobilizado de uso	16.407	16.407	-
<b>Caixa líquido (proveniente) / aplicado nas atividades de financiamento</b>	(27.175)	(38.945)	(68.714)
Remuneração de capital próprio	(27.175)	(38.945)	(68.714)
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	(406.489)	84.966	11.124
<b>Modificações na posição financeira</b>			
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período	1.145.634	654.179	643.055
No fim do período	739.145	739.145	654.179
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	(406.489)	84.966	11.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, do Banco Industrial do Brasil S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 19 de fevereiro de 2025.

## 3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

### a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

### c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativo fiscal diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

### d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**e. Moeda estrangeira** - Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

### f. Ativos

#### • Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### • Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

#### Títulos e valores Mobiliários

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

ii. Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos, aplicações no exterior, debêntures e certificados de recebíveis imobiliários estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do patrimônio líquido. As notas comerciais e os certificados de recebíveis do agronegócio são mantidos até o vencimento tendo seus custos atualizados pelos rendimentos até a data do balanço sem ajuste ao valor de mercado.

#### • Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.



A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

**• Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, considerando a parte efetiva do *hedge*, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

**• Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

**• Outros ativos: Outros valores e bens - Bens não de uso**

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

**• Outros ativos: Outros valores e bens - Despesas antecipadas**

Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

**• Provisões para redução ao valor recuperável de ativos**

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

**• Investimentos em participações em controladas**

Os investimentos em controladas nas demonstrações financeiras são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

**• Imobilizado de uso**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens às taxas de 4% (vida útil de 25 anos), 10% (vida útil de 10 anos) e 20% (vida útil de 5 anos) para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

**g. Passivos****• Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

**• Outros passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

**h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. Para as cíveis, o Banco adota a metodologia de média histórica, calculada, levando em consideração as perdas e ganhos dos últimos 36 meses, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

**• Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

**• Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e

**• Obrigações legais**

Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social, são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**j. Avais e fianças**

Os avais e as fianças prestados pelo Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016, as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

**k. Resultado recorrente/não recorrente**

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil S.A. consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos três anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro na venda de ativos no montante de R\$ 8.559 líquido de impostos, é definido como não recorrente e o restante no montante de R\$ 80.203 em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 106.112 é considerado recorrentes.

**4. Disponibilidades**

	2024	2023
Moeda nacional	153	425
Moeda estrangeira	28.489	41.118
<b>Total</b>	<b>28.642</b>	<b>41.543</b>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez****a. Aplicações no mercado aberto**

	2024	2023
<b>Até 30 dias</b>		
<b>Posição bancada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	400.002	400.090
Letras do Tesouro Nacional	230.000	212.546
<b>Subtotal (1)</b>	<b>630.002</b>	<b>612.636</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		
De 31 a 180 dias	28.394	57.697
De 181 a 360 dias	63.085	87.456
<b>Subtotal (2)</b>	<b>91.479</b>	<b>145.153</b>
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>		
Até 30 dias	80.501	-
<b>Subtotal (3)</b>	<b>80.501</b>	<b>-</b>
<b>Total aplicações interfinanceiras de liquidez (1+2+3)</b>	<b>801.982</b>	<b>757.789</b>
<b>Circulante</b>	<b>801.982</b>	<b>757.789</b>

**b. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	52.452	96.192	87.217
Posição financiada	757	1.427	1.098
Rendas de aplicações depósitos interfinanceiros	6.671	14.080	11.910
<b>Total</b>	<b>59.880</b>	<b>111.699</b>	<b>100.225</b>

**6. Títulos e valores mobiliários**

	2024	2023
<b>Diversificação por tipo</b>		
<b>Carteira própria</b>	<b>453.807</b>	<b>218.087</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	105.817	38.138
Certificados de recebíveis imobiliários	866	38.305
Debêntures	16.917	29.181
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	1.437
Notas comerciais	282.243	45.777
Títulos e valores mobiliários no exterior (i)	47.964	65.249
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>52.311</b>	<b>119.220</b>
Certificados de recebíveis imobiliários	34.716	5.757
Debêntures	17.595	19.349
Notas comerciais	-	94.114
<b>Vinculados à prestação de garantia</b>	<b>70.212</b>	<b>48.849</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	70.212	48.849
<b>Total</b>	<b>576.330</b>	<b>386.156</b>
<b>Circulante</b>	<b>74.368</b>	<b>85.808</b>
<b>Não circulante</b>	<b>501.962</b>	<b>300.348</b>

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos basicamente por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 32.549 (31/12/2023 – R\$ 36.330) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 15.415 (31/12/2023 – R\$ 28.919).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**a. Diversificação por prazo**

	2024	2023
Até 3 meses	659	84.262
A vencer entre 3 e 12 meses	73.709	1.546
A vencer entre 12 e 36 meses	331.224	185.878
A vencer entre 36 e 60 meses	121.190	51.411
A vencer entre 60 e 180 meses	23.651	25.318
Acima de 180 meses	25.897	37.741
Total da carteira	576.330	386.156
Circulante	74.368	85.808
Não circulante	501.962	300.348

**b. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários**

	2024	2023
	Disponíveis para venda	Disponíveis para venda
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	176.029	86.987
Certificados de recebíveis imobiliários	35.582	44.062
Debêntures	34.512	48.530
Títulos e valores mobiliários no exterior	47.964	65.249
Subtotal	294.087	244.828
	2024	2023
	Mantidos até o vencimento	Mantidos até o vencimento
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	1.437
Notas comerciais	282.243	139.891
Subtotal	282.243	141.328
Total da carteira	576.330	386.156

**c. Valor de mercado dos títulos** - Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	2024		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
<b>Títulos</b>			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	176.094	176.029	(65)
Certificados de Recebíveis Imobiliários (ii)	35.561	35.582	21
Debêntures (ii)	73.139	34.512	(38.627)
Notas comerciais	282.243	282.243	-
Títulos e Valores Mobiliários Exterior (i)	52.093	47.964	(4.129)
	619.130	576.330	(42.800)
	2023		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
<b>Títulos</b>			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	87.005	86.987	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários (ii)	40.307	44.062	3.755
Debêntures (ii)	78.760	48.530	(30.230)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (*)	1.437	1.437	-
Notas comerciais	139.891	139.891	-
Títulos e Valores Mobiliários Exterior (i)	67.401	65.249	(2.152)
	414.801	386.156	(28.645)

(\*) No semestre findo em 30 de junho de 2023 ocorreu a reclassificação dos títulos de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, passando da categoria “Disponível para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001. A Reclassificação não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

(i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Títulos e Valores Mobiliários Exterior, foi apurado com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.

(ii) O valor de mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Debêntures foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado, portanto classificados como Nível 2.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**d. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	59.880	111.699	100.225
Rendas de aplicações em moeda estrangeira	3.827	6.838	5.539
Títulos de renda fixa	37.933	68.088	35.379
Títulos de renda variável	3.113	3.818	5.634
<b>Total</b>	<b>104.753</b>	<b>190.443</b>	<b>146.777</b>

**7. Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários e classificados como Nível 1.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

**Controles de gerenciamento de risco**

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “*hedge*”. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de “*hedge*” necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

**a. Posição****Operações de swap:**

	2024			
	Valor referencial	Valor de mercado dado	Valor de mercado tomado	Valor líquido a receber
CDI x PTAX-V (*)	57.270	57.713	(69.250)	(11.537)
EURO x CDI (*)	121.472	130.572	(124.416)	6.156
PTAX-V x CDI (*)	57.270	69.250	(57.441)	11.809
<b>Total</b>	<b>236.012</b>	<b>257.535</b>	<b>(251.107)</b>	<b>6.428</b>

  

	2023			
	Valor referencial	Valor de mercado dado	Valor de mercado tomado	Valor líquido a pagar
CDI x PTAX-V (*)	114.316	121.226	(114.961)	6.265
IPCA x CDI (*)	50.000	57.673	(67.653)	(9.980)
PTAX-V x CDI (*)	114.316	114.961	(117.924)	(2.963)
<b>Total</b>	<b>278.632</b>	<b>293.860</b>	<b>(300.538)</b>	<b>(6.678)</b>

**Operações de futuro:**

	2024		2023	
	Valor referencial		Valor referencial	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Valor referencial				
Taxa de juros – DI	-	2.416.422	-	2.011.302
Moeda (**)	353.925	6.193	96.836	-
	<b>353.925</b>	<b>2.422.615</b>	<b>96.836</b>	<b>2.011.302</b>

(\*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas (“*hedge*”) – vide Nota Explicativa nº 7e.

(\*\*) A composição comprada de derivativos em moeda estrangeira de R\$ 40.169 do total de R\$ 353.925, e a posição vendida de R\$ 6.193, não foram consideradas nas análises de sensibilidade em virtude do vencimento das mesmas serem em 2 de janeiro de 2025.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**b. Diversificação por prazo de vencimento** - Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	2024			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:	263	9	6.156	6.428
Mercado futuro: Valor referencial				
Posição comprada	353.925	-	-	353.925
Posição vendida	2.083.264	339.351	-	2.422.615

  

	2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:	1.449	(8.268)	141	(6.678)
Mercado futuro: Valor referencial				
Posição comprada	96.836	-	-	96.836
Posição vendida	1.604.096	407.206	-	2.011.302

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado.

As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito das B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados. Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

**c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos**

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	2024	2023
Letras Financeiras do Tesouro	68.837	43.465
<b>Total</b>	<b>68.837</b>	<b>43.465</b>

**d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Operações de swap	15.037	15.231	(6.821)
Contratos futuros	26.984	49.968	(11.421)
<b>Total</b>	<b>42.021</b>	<b>65.199</b>	<b>(18.242)</b>

**e. Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos**

O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (\*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- 3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (\*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

**I – Demonstrativo de posições**

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024, e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
<b>Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira</b>				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	978.952	(1.054.962)	(76.010)
<b>Hedge (*) – Banking Pré</b>	Taxa de Juros			
Operações de crédito		(2.416.422)	4.000.839	1.584.417
<b>Total</b>		<b>(1.437.470)</b>	<b>2.945.877</b>	<b>1.508.407</b>

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(\*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

**II – Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo (R\$ mil)**

Operação	Risco	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
<b>Operação de Câmbio</b> Dívida em moeda estrangeira	Operação de câmbio (risco queda US\$)	408	10.922	23.198
	Dívida (risco aumento US\$)	899	21.862	42.531
	<b>Efeito Líquido</b>	<b>1.307</b>	<b>32.784</b>	<b>65.729</b>
<b>Hedge Banking PRÉ</b> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	302	7.434	14.631
	Créditos (risco aumento Selic)	(3.310)	(80.342)	(155.260)
	<b>Efeito Líquido</b>	<b>(3.008)</b>	<b>(72.908)</b>	<b>(140.629)</b>
	<b>Efeito Líquido - Total</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(40.124)</b>	<b>(74.900)</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**III – Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo**

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
<b>Book Cambial</b>	Queda da moeda estrangeira	(76.010)	1.307	32.784	65.729
<b>Book Pré</b>	Alta do CDI	1.584.417	(3.008)	(72.908)	(140.629)
	<b>Efeito Líquido - Total</b>	<b>1.508.407</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(40.124)</b>	<b>(74.900)</b>

**8. Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio**
**a. Diversificação por produto**

	2024	2023
Setor privado:		
Contas garantidas	211.239	142.831
Operações em moedas estrangeiras	474.663	504.542
Capital de giro	1.175.877	1.618.575
Vendor	967	1.547
Direitos creditórios	85.247	52.724
Crédito consignado	888.944	825.194
Finame	30.873	4.776
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	179.572	362.851
Rendas a receber adiantamentos concedidos (*)	12.461	19.237
Devedores por compra de valores e bens	61.340	72.026
Cartão de crédito	10.910	9.660
Compra de ativos (**)	2.082.388	1.580.059
Total antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.214.481	5.194.022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(92.610)	(64.511)
<b>Total Geral</b>	<b>5.121.871</b>	<b>5.129.511</b>
Circulante	3.962.131	3.879.022
Não circulante	1.159.740	1.250.489

(\*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 11).

(\*\*) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

**b. Diversificação por atividade**

	2024	2023
Setor privado:		
Indústria	729.255	1.013.901
Comércio	382.618	356.480
Intermediários financeiros	7.065	41.303
Serviços	3.195.677	2.899.114
Pessoas físicas	899.866	883.224
Total da carteira	5.214.481	5.194.022

**c. Diversificação por prazo**

	2024	2023
Setor privado:		
Vencidas	157.006	110.249
A vencer em até 3 meses	2.733.764	2.280.227
A vencer entre 3 e 12 meses	1.143.001	1.537.331
A vencer entre 12 e 36 meses	702.001	779.805
A vencer entre 36 e 60 meses	319.943	321.229
A vencer acima de 60 meses	158.766	165.181
Total da carteira	5.214.481	5.194.022

**d. Concentração do crédito**

	2024		2023	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	125.569	2,41%	126.056	2,43%
10 maiores devedores	1.069.281	20,51%	868.413	16,72%
20 maiores devedores	1.657.970	31,80%	1.334.205	25,69%
50 maiores devedores	2.516.693	48,26%	2.132.677	41,06%
100 maiores devedores	3.237.760	62,09%	2.792.566	53,77%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**e. Resultado das operações de crédito**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Operações de crédito			
Rendas de empréstimos	195.251	399.653	503.656
Rendas de direitos creditórios	123.082	230.879	202.668
Rendas de financiamentos	1.465	1.820	110
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	46.311	95.374	78.663
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.665	8.442	8.567
Despesa de cessão de crédito (i)	-	-	(34.026)
Descontos concedidos	-	-	(11.354)
Total de receitas com operações de crédito	<u>371.774</u>	<u>736.168</u>	<u>748.284</u>

(i) No ano de 2024, não foram realizadas operações de cessão de créditos. No ano de 2023, foram cedidas operações de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 43.986 para sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 9.960, que geraram uma perda no montante de R\$ 34.026 dos quais se encontravam provisionadas num montante de R\$ 14.939. As cessões foram realizadas no contexto de redirecionamento do produto, cuja operações foram cedidas.

**9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito foi a seguinte:

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Saldo no início do período	(83.117)	(64.511)	(50.336)
Constituição líquida de provisão	(51.012)	(85.427)	(47.512)
Baixa para prejuízo	41.519	57.328	33.337
Saldo no fim do período	<u>(92.610)</u>	<u>(92.610)</u>	<u>(64.511)</u>

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

2024						Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Total das operações						
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	0,0	3.572.037	-	3.572.037	-	
A	0,5	1.191.791	-	1.191.791	5.958	
B	1,0	259.222	9.023	268.245	2.682	
C	3,0	15.222	14.203	29.425	883	
D	10,0	7.055	16.932	23.987	2.399	
E	30,0	2.841	64.070	66.911	24.985	
F	50,0	1.153	7.989	9.142	4.571	
G	70,0	889	5.147	6.036	4.225	
H	100,0	7.265	39.642	46.907	46.907	
Total da carteira		5.057.475	157.006	5.214.481	92.610	
2023						
Total das operações					Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Curso normal	Atraso	Total		Total
AA	0,0	3.508.993	-	3.508.993		-
A	0,5	1.315.430	-	1.315.430		6.577
B	1,0	161.941	10.754	172.695		1.727
C	3,0	51.762	13.012	64.774		1.943
D	10,0	16.378	31.644	48.022		4.802
E	30,0	20.849	13.602	34.451		10.335
F	50,0	899	11.588	12.487		6.244
G	70,0	472	13.818	14.290		10.003
H	100,0	7.049	15.831	22.880		22.880
Total da carteira		5.083.773	110.249	5.194.022		64.511

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 5.665 no segundo semestre de 2024, acumulado no ano R\$ 8.442 (R\$ 3.333 no segundo semestre de 2023, acumulado no ano R\$ 8.567). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 48.294 em 2024 (R\$ 40.168 em 2023). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**10. Outros instrumentos financeiros – Créditos vinculados**
**Composição do saldo**

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	2024	2023
Compulsório reserva PIX	29.166	5.048
Compulsório sobre depósito à vista	244	602
Compulsório sobre microcréditos	3.265	4.705
Circulante (Nota Explicativa nº 12)	32.675	10.355

**11. Outros Instrumentos financeiros – Carteira de câmbio**

	2024	2023	
Câmbio comprado a liquidar	212.238	351.953	
Direitos sobre venda de câmbio	1.567	2.984	
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(641)	(791)	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	12.461	19.237	
<b>Total</b>	<b>225.625</b>	<b>373.383</b>	
<b>Passivo – Outros instrumentos financeiros passivo</b>			
Câmbio vendido a liquidar	1.608	2.965	
Obrigações por compra de câmbio	183.409	365.858	
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(160.426)	(357.999)	
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	(19.146)	(4.851)	
<b>Total</b>	<b>5.445</b>	<b>5.973</b>	
	<b>2º semestre</b>	<b>Acumulado</b>	<b>Acumulado</b>
	<b>2024</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Resultado de câmbio</b>			
Rendas de câmbio	121.544	220.536	245.596
Despesas de câmbio	(37.587)	(42.888)	(144.068)
<b>Total</b>	<b>83.957</b>	<b>177.648</b>	<b>101.528</b>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 4.481 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 27.073 em 31 de dezembro de 2023), estão registradas em contas de compensação.

**12. Outros instrumentos financeiros**

	2024	2023
Carteira de câmbio (Nota Explicativa nº 11)	225.625	373.383
Rendas a receber	901	337
Adiantamentos e antecipações	1.946	14.930
Devedores por depósito em garantia	90.794	88.841
Imposto de renda a compensar	27.262	25.674
Opções por incentivos fiscais	271	271
Devedores diversos – País (i)	43.478	1.827
Créditos vinculados (Nota Explicativa nº 10)	32.675	10.355
Diversos	146	146
<b>Total</b>	<b>423.098</b>	<b>515.764</b>
Circulante	332.033	426.652
Não circulante	91.065	89.112

(i) Em 31 de dezembro de 2024, inclui o valor de R\$ 31.970 a receber referente à venda de ativos.

**13. Imposto de renda e contribuição social**
**a. Ativo fiscal diferido**

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

**(i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido**

	2024			2023		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	24.221	19.380	43.601	16.371	13.097	29.468
Valor justo TVM / BNDU	10.823	8.658	19.481	7.287	5.829	13.116
Passivo contingente	18.642	14.171	32.813	18.056	13.701	31.757
<b>Total</b>	<b>53.686</b>	<b>42.209</b>	<b>95.895</b>	<b>41.714</b>	<b>32.627</b>	<b>74.341</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**(ii) Expectativa de realização**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas leis nºs 14.467/22 e 15.078/24.

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

<b>Exercícios</b>	<b>Expectativa de realização por exercício</b>	<b>Valor presente (i)</b>
2025	5.337	4.775
2026	21.616	17.310
2027	5.914	4.238
2028	5.267	3.377
2029	43.235	24.810
2030	4.842	2.486
2031	4.842	2.225
2032	4.842	1.991
	<b>95.895</b>	<b>61.212</b>

(i) Para descontar o ativo fiscal diferido a valor presente, foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2024 (0,93% a.m.).

**(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo no início do período	74.341	69.293
Constituição no período	46.310	23.882
Reversão / realização no período	(24.756)	(18.834)
Saldo no fim no período	<b>95.895</b>	<b>74.341</b>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<b>12,34%</b>	<b>10,00%</b>

**b. Despesa com imposto de renda e contribuição social – (acumulado)**

	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>IR</b>	<b>CS</b>	<b>IR</b>	<b>CS</b>
Lucro líquido antes da tributação	109.032	109.032	136.499	136.499
Remuneração do capital (JCP)	(51.100)	(51.100)	(58.514)	(58.514)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	57.932	57.932	77.985	77.985
<b>Adições / exclusões</b>	<b>18.550</b>	<b>18.550</b>	<b>18.821</b>	<b>18.821</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(7.576)	(7.576)	(5.584)	(5.584)
Créditos baixados como prejuízo	(55.013)	(55.013)	(32.654)	(32.654)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	85.722	85.722	48.187	48.187
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	2.337	2.337	4.381	4.381
Ajuste valor de mercado	(5.588)	(5.588)	4.961	4.961
Lucro no exterior	89	89	-	-
Dividendos recebidos	(3.817)	(3.817)	(5.634)	(5.634)
Doações	1.900	1.900	4.753	4.753
Outras inclusões / exclusões	496	496	411	411
Base de cálculo	76.482	76.482	96.806	96.806
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS)	<b>11.472</b>	<b>15.296</b>	<b>14.521</b>	<b>19.361</b>
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	<b>7.624</b>	-	<b>9.656</b>	-
Incentivos fiscais	(1.452)	-	(1.958)	-
IR / CS Diferidos	1.397	1.117	(1.114)	(892)
Imposto de renda / contribuição social	<b>19.041</b>	<b>16.413</b>	<b>21.105</b>	<b>18.469</b>

**14. Outros ativos**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Bens não de uso próprio</b>		
Imóveis	149.072	54.435
<b>Despesas antecipadas</b>		
Despesas antecipadas (i)	1.747	515
<b>Total</b>	<b>150.819</b>	<b>54.950</b>
Circulante	150.819	54.950

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**15. Investimentos em participações em controladas**

	2º semestre / exercício 2024			
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	5.118	5.930	-	-
Patrimônio líquido	5.698	17.115	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre	133	2.394	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	249	5.819	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada do semestre	133	2.394	-	2.527
Resultado da participação em controlada do exercício	249	5.819	-	6.068
Valor contábil dos investimentos	5.677	17.114	26.318 (*)	49.109
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	42	452	-	494
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.687	-	-	5.687
Títulos e valores mobiliários	-	18.499	-	18.499
Resultado do semestre:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	288	906	-	1.194
Rendas de prestação de serviço	-	6.176	-	6.176
Resultado do exercício:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	567	1.611	-	2.178
Rendas de prestação de serviço	-	13.625	-	13.625
<b>2023</b>				
Informações sobre investimentos	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Capital social realizado	5.118	5.930	-	-
Patrimônio líquido	5.448	11.296	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	309	4.972	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada do exercício	309	4.972	-	5.281
Valor contábil dos investimentos	5.428	11.295	25.304 (*)	42.027
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	43	608	-	651
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.472	-	-	5.472
Títulos e valores mobiliários	-	12.323	-	12.323
Resultado do exercício:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	649	1.196	-	1.845
Rendas de prestação de serviço	-	11.449	-	11.449

(\*) Investimento para incentivos fiscais R\$ 19 (R\$ 19 em dezembro de 2023), títulos patrimoniais R\$ 10 (R\$ 10 em dezembro de 2023), ações e cotas R\$ 12.364 (R\$ 11.350 em dezembro de 2023), obras de arte R\$ 45 (R\$ 45 em dezembro de 2023) e propriedade para investimento R\$ 13.880 (R\$ 13.880 em dezembro de 2023).

(\*\*) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

**16. Imobilizado de uso**

	Taxa anual de depreciação (%)	2024		2023	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
<b>Imobilizações</b>					
<b>Outros:</b>					
Móveis e equipamentos	10	3.994	(2.408)	3.902	(2.153)
Sistema de comunicação	20	408	(300)	408	(294)
Sistema de processamento de dados	20	5.599	(4.554)	5.521	(4.007)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / Veículos	20	42.159	(3.562)	29.612	(9.262)
<b>Total</b>		<u>52.231</u>	<u>(10.895)</u>	<u>39.514</u>	<u>(15.787)</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**17. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes**
**a. Diversificação por produto**

	2024	2023
Depósitos à vista	190.503	188.550
Depósitos interfinanceiros	635.882	986.095
Depósitos a prazo	2.320.327	1.923.202
Operações compromissadas	60.821	127.867
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.465.079	1.507.711
Empréstimos no exterior (**)	583.121	526.371
Obrigações por repasses no exterior (***)	558.947	273.264
Obrigações por repasse no país	30.754	4.767
Dívidas subordinadas (****)	249.690	140.452
Outros recursos	9.636	10.355
<b>Total</b>	<b>6.104.760</b>	<b>5.688.634</b>

(\*) Letras Financeiras R\$ 1.422.889 (31/12/2023 – R\$ 1.069.242), Letras de Crédito Imobiliário R\$ 1.322 (31/12/2023 – R\$ 41.664), Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 40.868 (31/12/2023 – R\$ 396.805) com garantia via recebíveis da instituição financeira.

(\*\*) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até novembro de 2025.

(\*\*\*) Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em sete anos (após amortização parcial, o saldo ao final do período representa US\$ 9,0 milhões). Em dezembro de 2021, o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A.) no valor de US\$ 40,0 milhões por sete anos. Os recursos dessas linhas são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Em fevereiro de 2024, o Banco recebeu US\$ 20,0 milhões do Finance in Motion através do eco.business Fund com vencimento em três anos. Os recursos dessa linha são destinados a empresas que possuem práticas/certificações sustentáveis.

As linhas de crédito mencionadas acima, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

(\*\*\*\*) São compostos de captações em Letras Financeiras com vencimentos em janeiro de 2033, agosto de 2034 e janeiro de 2035, que estão sendo utilizadas para capital nível II (vide Nota Explicativa nº 26).

**b. Diversificação por prazo**

	2024	2023
Sem vencimento	190.503	188.550
A vencer em até 3 meses	970.693	1.384.079
A vencer entre 3 e 12 meses	2.843.280	2.507.463
A vencer entre 12 e 36 meses	1.740.509	1.350.376
A vencer entre 36 e 60 meses	105.995	117.714
A vencer entre 60 e 180 meses	253.780	140.452
<b>Total</b>	<b>6.104.760</b>	<b>5.688.634</b>

**c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
<b>Operações de captações no mercado</b>			
Depósitos interfinanceiros	(49.235)	(100.789)	(87.542)
Depósitos a prazo	(118.600)	(212.557)	(181.068)
Captações no mercado aberto	(3.133)	(6.664)	(3.189)
Letras de crédito do agronegócio	(7.743)	(22.406)	(55.718)
Letras de créditos imobiliários	(399)	(1.663)	(8.368)
Letras financeiras	(83.633)	(156.316)	(177.703)
Outros	(1.656)	(3.145)	(2.753)
Subtotal	(264.399)	(503.540)	(516.341)
<b>Operações de empréstimos e repasses</b>			
Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	(79.761)	(154.234)	(86.932)
Obrigações por repasses no país	(1.175)	(1.705)	(294)
Obrigações por repasses no exterior	(79.481)	(148.968)	(27.128)
Subtotal	(160.417)	(304.907)	(114.354)
<b>Total</b>	<b>(424.816)</b>	<b>(808.447)</b>	<b>(630.695)</b>

**18. Provisões**

O Banco Industrial é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

**a. Contingências passivas e obrigações legais**

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e previdenciárias – Provisão para riscos fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis – promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica “Outros instrumentos financeiros - Devedores por depósitos em garantia” (Nota Explicativa nº 12).

O Banco, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 07 casos de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 806 em dezembro de 2024 (11 casos – R\$ 1.560 em dezembro de 2023) e 29 de ações cíveis classificadas como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 32.732 (28 casos – R\$ 20.757 em dezembro de 2023).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

**b. Composição das provisões**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2024	2023
Provisão para contingências	121.847	115.353
Trabalhistas	20.704	20.781
Outras contingências fiscais (*)	82.894	78.748
Cíveis (**)	18.249	15.824

(\*) Principais processos: 1 - Ação almeja anulação do lançamento de débitos referentes a PIS e COFINS no período de apuração compreendido entre 05/2009 e 02/2010, cobrados por meio do processo administrativo, valor do principal R\$ 8.719, atualização R\$ 9.229 e total atualizado R\$ 17.948. 2 - Ação visa satisfação de crédito fiscal (COFINS), relativo aos períodos de 01/2007 a 11/2008, em razão do não pagamento por conta da discussão sobre a legalidade da alteração da base de cálculo do tributo, valor do principal R\$ 21.817, atualização R\$ 29.075 e total atualizado R\$ 50.892.

(\*\*) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. São concedidas garantias por meio de avals e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$ 232.656 (R\$ 217.701 em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
<b>Garantias prestadas</b>		
Vinculados a licitações, leilões	-	92
Fornecimento de mercadorias	63.633	69.025
Processos judiciais	95.647	86.316
Fianças bancárias	67.231	62.268
Outras fianças	6.145	-
<b>Total</b>	<b>232.656</b>	<b>217.701</b>
<b>Provisão para garantias prestadas</b>		
Fornecimento de mercadorias	114	17
Processos judiciais	450	406
Fianças bancárias	30	76
<b>Total</b>	<b>594</b>	<b>499</b>

**c. Movimentação das provisões**

	2023		2024		
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	115.353	5.504	(3.156)	4.146	121.847
Trabalhistas	20.781	3.079	(3.156)	-	20.704
Outras contingências fiscais	78.748	-	-	4.146	82.894
Cíveis	15.824	2.425	-	-	18.249
Provisão para garantias prestadas	499	95	-	-	594
<b>Total provisão</b>	<b>115.852</b>	<b>5.599</b>	<b>(3.156)</b>	<b>4.146</b>	<b>122.441</b>
	2022		2023		
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	106.759	6.853	(2.472)	4.213	115.353
Trabalhistas	17.858	5.395	(2.472)	-	20.781
Outras contingências fiscais	74.535	-	-	4.213	78.748
Cíveis	14.366	1.458	-	-	15.824
Provisão para garantias prestadas	816	-	(317)	-	499
<b>Total provisão</b>	<b>107.575</b>	<b>6.853</b>	<b>(2.789)</b>	<b>4.213</b>	<b>115.852</b>

**19. Outros passivos**

	2024	2023
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	734	950
Sociais e estatutárias	12.155	-
Fiscais e previdenciárias	41.716	49.996
Tributos sobre lucros a pagar	32.940	41.581
Impostos e contribuições a recolher	8.776	8.415
Negociação e intermediação de valores	993	-
Provisão para pagamentos a efetuar	27.609	23.705
Credores diversos – País / exterior	7.005	7.442
Diversas	1	1
<b>Total</b>	<b>90.213</b>	<b>82.094</b>
Circulante	90.213	82.094

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**20. Patrimônio líquido**
**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social de R\$ 387.448 (31/12/2023 – R\$ 387.448) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 119.651.813 ordinárias e 60.576.453 preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 2,149763. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

**b. Reservas**
**Reserva de lucro – Reserva legal**

A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.438 (31/12/2023 – R\$ 5.306). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 atingiu o montante de R\$ 47.728 (31/12/2023 – R\$ 43.290).

**Retenção de lucros – Reservas estatutárias**

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 33.224 (31/12/2023 – R\$ 42.292). O saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2024 atingiu o montante de R\$ 359.879 (31/12/2023 – R\$ 326.655).

**c. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Os acionistas aprovaram a não distribuição desses dividendos. Durante o exercício 2024, foi deliberada a distribuição da remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 51.100 (R\$ 58.514 distribuídos no ano 2023).

**21. Despesas de pessoal**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(4.830)	(8.455)	(6.942)
Benefícios (i)	(10.190)	(19.846)	(18.963)
Encargos sociais	(8.416)	(17.063)	(15.767)
Proventos	(37.022)	(67.595)	(55.119)
Outros	(369)	(788)	(669)
<b>Total</b>	<b>(60.827)</b>	<b>(113.747)</b>	<b>(97.460)</b>

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale-transporte, entre outros.

**22. Outras despesas administrativas**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Água, energia e gás	(308)	(689)	(793)
Aluguéis	(3.697)	(7.406)	(7.713)
Comunicações	(814)	(1.521)	(1.478)
Manutenção e conservação de bens	(1.896)	(3.379)	(3.032)
Material	(322)	(633)	(401)
Processamento de dados	(6.717)	(12.744)	(11.958)
Promoções e relações públicas	(2.753)	(5.683)	(3.331)
Publicações	(47)	(291)	(284)
Seguros	(155)	(280)	(219)
Serviços do sistema financeiro	(692)	(1.729)	(1.622)
Serviços de terceiros	(5.667)	(11.625)	(13.172)
Serviços técnicos especializados <sup>1</sup>	(8.620)	(17.812)	(14.280)
Transportes	(141)	(301)	(229)
Viagens	(375)	(815)	(722)
Amortização e depreciação	(3.740)	(6.045)	(3.956)
Outras despesas administrativas	(399)	(802)	(622)
<b>Total</b>	<b>(36.343)</b>	<b>(71.755)</b>	<b>(63.812)</b>

<sup>1</sup> Inclui os honorários de auditoria apropriados para o exercício de 2024. O montante total dos honorários contratados para o exercício de 2024 foram de R\$ 991 (2023 – R\$ 865).

**23. Despesas tributárias**

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
Tributos Federais / Municipais	(5.035)	(8.527)	(2.395)
ISS	(777)	(1.689)	(1.646)
COFINS	(8.702)	(17.910)	(19.193)
PIS	(1.414)	(2.910)	(3.119)
Outros	(1.941)	(4.145)	(4.643)
<b>Total</b>	<b>(17.869)</b>	<b>(35.181)</b>	<b>(30.996)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

### 24. Outras receitas / Despesas operacionais

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
<b>Outras receitas operacionais</b>	4.608	9.246	7.374
Variações monetárias	2.087	4.286	4.792
Aluguéis	60	60	110
Reversão de provisão	566	3.005	2.472
Remuneração conta reserva	1.895	1.895	-
<b>Outras despesas operacionais</b>	(3.834)	(5.363)	(7.536)
Provisões contingências	(3.813)	(5.342)	(6.854)
Despesas Visa	(21)	(21)	(682)
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>3.883</b>	<b>(162)</b>

### 25. Outras receitas / Despesas não operacionais

	2º semestre 2024	Acumulado 2024	Acumulado 2023
<b>Outras receitas não operacionais</b>	16.684	16.878	1.111
Lucro na alienação de valores e bens	15.563	15.696	642
Ganho de capital – CIP	1.013	1.013	-
Lucros na alienação de valores e bens	86	86	-
Outras	22	83	469
<b>Outras despesas não operacionais</b>	(2.560)	(2.726)	(9.283)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(660)	(732)	(4.027)
Doações	(1.900)	(1.900)	(4.753)
Ajuste valor justo BNDU	-	-	(502)
Outras	-	(94)	(1)
<b>Total</b>	<b>14.124</b>	<b>14.152</b>	<b>(8.172)</b>

### 26. Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 17,2% em 31 de dezembro de 2024 (15,1% em 31 de dezembro de 2023). O índice mínimo exigido pelo BACEN é de 10,5% para instituições financeiras.

	Conglomerado	
	2024	2023
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	776.893	743.279
Instrumentos de dívida subordinada	249.690	140.452
<b>Patrimônio de referência nível II</b>	249.690	140.452
<b>Patrimônio de referência total (nível I + nível II)</b>	1.026.583	883.731
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	1.026.583	883.731
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	413.610	401.889
RWAcam – câmbio	7.565	17.916
RWAjur – mercado	4.450	7.090
RWADRC – negociação	1.786	-
RWAopad – operacional	48.610	42.264
<b>Patrimônio de referência exigido (b)</b>	476.021	469.159
<b>Margem (a - b)</b>	550.562	414.572
IRRBB – Risco da carteira bancária	(97.508)	(76.088)
<b>Margem (a - b)</b>	453.054	338.484
<b>Ativo ponderado pelo risco (i) (c)</b>	5.950.262	5.864.488
<b>Índice de Basileia (a/c)</b>	17,2%	15,1%

O quadro acima já contempla todas as alterações da Resolução BCB nº 229/22 vigentes a partir de julho de 2023, referentes ao risco de crédito (RWAcpad).

### 27. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles se poderia obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado.

Isso não se aplica aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Banco não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)
**a. Composição dos saldos**

	2024		
	Valor contábil	Valor justo	Ganho / (perda) potencial
<b>Ativos</b>			
Operação de crédito (Nota Explicativa nº 8a)	5.214.481	5.382.769	168.288
<b>Passivos</b>			
Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos (Nota Explicativa nº 17a)	4.611.791	4.642.615	(30.824)
Obrigações por repasses no exterior (Nota Explicativa nº 17a)	558.947	545.706	13.241
<b>Total</b>			<b>150.705</b>
	2023		
	Valor contábil	Valor justo	Ganho / (perda) potencial
<b>Ativos</b>			
Operação de crédito (Nota Explicativa nº 8a)	5.194.022	5.707.773	513.751
<b>Passivos</b>			
Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos (Nota Explicativa nº 17a)	4.605.558	4.640.647	(35.089)
Obrigações por repasses no exterior (Nota Explicativa nº 17a)	273.264	265.142	8.122
<b>Total</b>			<b>486.784</b>

**b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e investimentos: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco em novos contratos de características similares. As feridas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço. Depósitos e recursos de repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

**c. Garantias**

O Banco na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou penhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

**28. Transações com partes relacionadas**

Conforme o CPC 05, as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº 15 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

**a. Saldo das Transações**

	2024	2023
<b>Depósitos a prazo (CDB)</b>		
Pessoas físicas	24.099	28.573
Pessoas jurídicas	61.917	44.908
<b>Letras de crédito imobiliário</b>		
Pessoas físicas	519	24.691
<b>Letras de crédito do agronegócio</b>		
Pessoas físicas	8.110	31.901
<b>Debêntures</b>		
Pessoas físicas	10.049	6.845
<b>Limite de crédito</b>		
Savana SPE Incorporação Ltda.	20.000	20.000
Camacop Visão Gráfica Ltda.	-	310
Muse Itaim Participações e Incorporação Ltda.	-	269
River Participação e Incorporação Ltda.	-	296
<b>Operações de crédito</b>		
River Participação e Incorporação Ltda.	37.537	35.116
Muse Itaim Participações e Incorporação Ltda.	8.523	5.796
Camacop Visão Gráfica Ltda.	1.032	1.463
Aoptium Comércio Locação e Eq. Eletrônicos Ltda.	658	-
Bosque Ipiranga Participação e Incorporação Ltda.	76	-
Red Seas Investimentos Ltda.	52	112
Nova Corretora de Seguros Ltda.	23	28
Pessoa física	420	420
Outras operações	3.830	2.192
COM31 Participação e Incorporação Ltda.	-	122
Instituto de Ensino Superior Indaiatuba Ltda.	-	31

As operações de crédito estão de acordo com a Resolução do BACEN nº 4.693/18.

**b. Remuneração da Administração**

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros (artigo 6º do Estatuto Social do Banco). No exercício de 2024, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$ 8.455 (R\$ 6.942 no exercício de 2023). As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil "Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração". A remuneração da Administração foi fixada em R\$ 10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2024.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
 (Em milhares de Reais)

**29. Seguros**

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras intermediárias, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto à Fairfax Brasil Seguros, com vigência de 17 de junho de 2024 a 17 de junho de 2025, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

**30. Outras informações**

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.  
 b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

**31. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2024	2023
No início do período	654.179	643.055
Disponibilidade	41.543	63.963
Aplicações interfinanceiras	612.636	579.092
No final do período	739.145	654.179
Disponibilidade	28.642	41.543
Aplicações interfinanceiras	710.503	612.636

As aplicações interfinanceiras de Liquidez (aplicações no mercado aberto e em moeda estrangeira), caracterizam-se por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.

**32. Gerenciamento de riscos**

Os processos de gerenciamento de riscos foram implantados com base nas determinações do Banco Central do Brasil, recomendações dos Acordos de Basileia I, II e III e melhores práticas de mercado, levando em consideração a estrutura, a natureza e a complexidade das atividades da Instituição. O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais devem abordar, minimamente, a identificação dos riscos, sua avaliação, monitoramento, controle e mitigação, ou os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores, quando especificados.

Para o devido gerenciamento dos diversos eventos de risco aos quais o Banco está exposto na execução de suas atividades, foram instituídas classes de riscos, estabelecidas segundo suas características predominantes, sendo elas: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco Socioambiental. Além desses, o Banco estabeleceu outros tipos de abordagens de controles, observando os seguintes aspectos: Solvência, Rentabilidade, Gestão de Continuidade de Negócios, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

**33. Implementação da Resolução nº 4.966/21**

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais. A norma entrará em vigor em 1º/01/2025.

Adicional à Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de "SPPJ"), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidencição de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/01/2025 foram estudadas pelo Banco tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

A transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 7,5% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	% Patrimônio líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito	5,1%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	2,3%
Outros	0,1%

Em decorrência da adoção da metodologia simplificada de perdas esperadas, estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 72.279 (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 77,5% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024).

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou prejuízos acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

**Aspectos fiscais**

No âmbito tributário, a Lei nº 14.467/22 alterou as regras de dedução das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pelas referidas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, viabilizando a manutenção do tratamento tributário das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo.

A Lei nº 15.078/24 estabeleceu que as perdas apuradas em 1º/01/2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31/12/2024 que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício e as perdas não deduzidas em 2025, terão o mesmo tratamento do estoque das perdas apuradas em 1º/01/2025.

**34. Eventos subsequentes**

A partir de 1º/01/2025 haverá a adoção da Resolução nº 4.966 para todas as Instituições Financeiras. Na Nota Explicativa 33 estão detalhados os procedimentos adotados pelo Banco e os respectivos impactos esperados. Não há outros eventos subsequentes a serem divulgados para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do  
**Banco Industrial do Brasil S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.